

Um caso especial

Segundo homem mais poderoso dos Estados Unidos, depois do presidente Ronald Reagan, o presidente do Federal Reserve Board, Paul Adolph Volcker Jr. sustenta que o Brasil é um magnífico desperdício: uma economia potencialmente vigorosa e muito mal administrada, que reclama, com urgência, alguma coisa parecida com «política econômica».

Classificando o Brasil na categoria de «caso muito especial», digno de um tratamento diferenciado, Paul Volcker disse ao subcomitê dos bancos, do Senado americano, que uma solução negociada para o impasse da moratória brasileira terá de começar, necessariamente, pela apresentação de um programa econômico «consistente e realista». E apagando o charuto: «Penso que o Brasil não tem esse programa nem está perto disso».

Em Nova Iorque e Washington, desde terça-feira, o ministro Dílson Funaro passa recibo ao suspiro de Paul Volcker: ele discursa sobre um plano para a dívida externa e não sobre um plano para a economia interna.

Da boa intenção

No fundo, Paul Volcker está nos cobrando uma «carta de intenção», no figurino do protocolo bancário estabelecido pelo FMI. E bom lembrar que entre janeiro de 1982 e dezembro de 1984 o Brasil perpetrou nada menos de oito versões da «carta de intenção», com oito pedidos de perdão pelo não cumprimento das próprias. E eram todas apresentadas como «um programa realístico e consistente» de ajustamento das contas externas, a partir da arrumação dos desajustes internos.

Paul Volcker adverte que a negociação do «caso brasileiro», que ainda nem começou, vai ser demorada. Até porque o Brasil não tem pressa de sentar-se com os banqueiros privados, prefere apalpar um terreno ainda não explorado: o da negociação da dívida pelo viés diplomático ou pela tratativa política — por cima da rotina bancária. Tanto assim, que acaba de substituir o ministro da Fazenda por um embaixador extraordinário, o ex-chanceler Saraiva Guerreiro, na condição de «negociador oficial» da dívida externa.

Vender o peixe

No juízo de Paul Volcker, não há como deslocar a discussão de contratos privados para a esfera de um acordo de governo para governo. O caso brasileiro é «muito especial», mas nem tanto, observa o segundo homem mais poderoso dos Estados Unidos,

também conhecido por «Mr. Dollar».

Um programa econômico consistente para uma economia potencialmente poderosa é o melhor «cacife» político que o Brasil tem para exibir e faturar, recomenda Volcker: o «cacife» de melhor risco econômico do mundo.

Na avaliação de Paul Volcker, o Brasil ainda não conseguiu vender esse peixe — por não querer ou por não saber fazê-lo. Bem ao contrário, os brasileiros têm preferido, até agora, perfilar-se ao lado dos países menos afortunados, na condição de «coitadinho número um». De tal sorte, que estamos pagando as mais altas taxas de risco do sistema financeiro internacional...

A culpa é deles

Em sua exposição crítica do caso Brasil, Paul Volcker mordeu e assoprou. A exemplo dos demais endividados do Terceiro Mundo, o Brasil foi literalmente atropelado, de fora para dentro, por uma insanidade do sistema financeiro internacional: a explosão dos juros de mercado nos dois lados do Atlântico Norte. Uma espécie de agressão branca, mais devastadora que a dos mísseis teleguiados.

De certa forma, admite Volcker, não dá para montar e executar uma política econômica «realista e consistente» quando o serviço da dívida faz do devedor um doador líquido de capital ao invés de receptor natural de poupança. Como programar a economia interna sem a garantia de uma estabilidade nas contas externas?

Mundo sem juízo

No mesmo embalo, Paul Volcker lembrou aos senadores americanos que decisões traumáticas de contabilidade externa não estão sob o controle dos devedores: as taxas de juros no capital e os termos de troca no comércio são ditados pelos países desenvolvidos ou pelo bloco credor, sem consulta prévia ao bloco devedor.

O Brasil foi bombardeado nos juros e torpedeado nos termos de troca. E por ironia da coisa: o devedor só pode pagar a dívida com dólares sacados, penosamente, do saldo comercial. Um saldo leonino, feito com corte sumário de importações essenciais — (de efeito recessivo) e com vendas externas estupidamente gravosas, abaixo dos custos internos (de efeito inflacionário). E como desgraça pouca é bobagem, o Brasil tem sido alvo, reconhece Volcker, de retaliações protecionistas de comércio praticadas pelos próprios credores, começando pelos Estados Unidos.